

**HABEAS CORPUS Nº 544.138 - SP (2019/0333327-4)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : RAFAEL BESSA YAMAMURA - SP247835  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ROBSON MARCELO RODRIGUES MARQUES DA SILVA  
(PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. HOMOLOGAÇÃO DO CÁLCULO DE EXECUÇÃO DA PENA. TERMO INICIAL PARA PROGRESSÃO AO REGIME ABERTO: DATA EM QUE IMPLEMENTADOS AMBOS OS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 112 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL PARA O REGIME INTERMEDIÁRIO. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* PARCIALMENTE CONCEDIDA. LIMINAR CONFIRMADA.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ROBSON MARCELO RODRIGUES MARQUES DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no Agravo em Execução n.º 0006427-19.2019.8.26.0496.

Consta dos autos que o Juízo da Execução deferiu ao Paciente a progressão ao regime semiaberto em 18/06/2019, dia fixado como data-base para a concessão de nova progressão prisional.

Irresignada, a Defesa formulou pedido de retificação do cálculo de penas, o que foi indeferido (fl. 28).

Contra o mencionado *decisum*, a Defesa interpôs agravo em execução, ao qual o Tribunal de origem negou provimento (fls. 29-35).

Neste *writ*, sustenta a Impetrante, em síntese, que "*não há que se falar em progressão por salto, como sustentado pelo TJSP, pois a decisão que concede o benefício da progressão de regime ao semiaberto possui natureza declaratória e não constitutiva, não podendo o paciente ser prejudicado em razão da morosidade do poder*

*judiciário em julgar seus benefícios" (fl. 6).*

*Aduz que "[c]om base em recente decisão do Supremo Tribunal Federal, tem-se que o cálculo para fins de progressão de regime deve ser feito tomando como data-base o dia do preenchimento do lapso temporal para a progressão de regime, não importando a data da decisão que concedeu tal progressão" (fl. 6).*

*Requer, liminarmente e no mérito, "a concessão da ordem de habeas corpus para reconhecer a ilegalidade da decisão do E. Tribunal de Justiça de São Paulo, reformando a decisão recorrida a fim de se retificar o cálculo de liquidação de penas para que conste como data base para cálculo de progressão ao regime aberto a data em que o paciente cumpriu o requisito objetivo para a progressão ao regime semiaberto e não a data da decisão que concedeu o benefício" (fl. 9).*

O pedido liminar foi parcialmente deferido às fls. 38-41.

As informações foram prestadas às fls. 57-71.

O Ministério Público Federal opinou pela "concessão da ordem, no sentido que seja fixado o marco inicial para benefícios a data em que o paciente efetivamente preencheu os dois requisitos previstos na LEP: bom comportamento e tempo de pena cumprida, ressalvadas faltas disciplinares e novos marcos interruptivos para benefícios" (fl. 56).

É o relatório. Decido.

O Tribunal de origem consignou que (fls. 32-34):

*"[...] a data a ser considerada como início da contagem do prazo para a progressão ao regime aberto é mesmo aquela em que houve a r. decisão de concessão da progressão ao regime semiaberto.*

*Isso porque, quando do resgate do requisito objetivo necessário para a concessão do benefício, há apenas uma mera expectativa de direito, já que, para obtenção da progressão, como no caso, é necessário ainda o preenchimento do requisito subjetivo. Apenas com a verificação de ambos os requisitos pelo MM. Juízo das Execuções Criminais é que será então concedida a benesse.*

*Portanto, note-se que a r. decisão que concede a progressão de regime não é meramente declaratória, já que, eventualmente, o benefício poderá ser indeferido por falta de mérito (requisito subjetivo), que só poderá ser verificada no caso concreto.*

*Desse modo, forçoso assinalar que o cálculo do lapso para a progressão do regime intermediário para o aberto se dá a partir do*

*resgate do requisito objetivo para aquele regime, até porque, em determinados casos poder-se-ia dar ensejo à 'progressão por saltos'.*

*Nesse sentido, admitir a 'progressão por saltos' contraria a lógica da progressão de regime, nos termos da Lei de Execução Penal.*

*Ressalte-se, outrossim, que a referida progressão é expressamente vedada conforme Súmula nº 491, do C. STJ: 'É inadmissível a chamada progressão 'per saltum' de regime prisional'.*

*Além disso, seria demais argumentar que a demora do Estado em conceder a prestação jurisdicional (no caso a progressão de regime) ao tempo de cumprimento de cada fração de pena, acarreta ônus ao condenado, pois, em observância ao princípio in dubio pro Societate, preponderante durante a fase de execução da pena, não se pode favorecê-lo em detrimento da Sociedade. O reconhecimento do marco inicial para a progressão ao regime aberto em data anterior ao efetivo início do cumprimento da pena no regime intermediário poderia levar à situação de risco à Sociedade, tal como a insistência na prática de comportamentos antissociais pelo sentenciado que não permanece período adequado no cárcere e volta a delinquir.*

*Sobre o tema, já decidiu esta C. Câmara de Direito Criminal:*

*[...]*

*Assim sendo, não merece reparos a r. decisão hostilizada.*

*Ante o exposto, por meu voto, nego provimento ao Agravo em Execução, mantendo íntegra a r. decisão recorrida."*

No entanto, a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acompanhando a orientação do Pretório Excelso, é no sentido de que *"a data inicial para a progressão de regime deve ser aquela em que o apenado preencheu os requisitos do art. 112 da Lei de Execução Penal, e não a data da efetiva inserção do reeducando no atual regime."* (AgRg no REsp 1.582.285/MS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 24/08/2016.)

A propósito:

**"PENAL E PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. TERMO INICIAL PARA A CONTAGEM DO LAPSO TEMPORAL. DATA EM QUE O APENADO TERIA DIREITO AO BENEFÍCIO, CUMPRINDO OS REQUISITOS LEGAIS (ART. 118 DA LEP). NOVO ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MUDANÇA DA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

**1. O Supremo Tribunal Federal, recentemente, passou a entender que o termo inicial de contagem do lapso temporal para a progressão de regime deve corresponder à data em que o apenado**

*efetivamente preencheu os requisitos legais do art. 118 da LEP, ou seja, a data em que teria direito ao benefício, devendo, pois, ser computado o tempo em que o apenado ficou no aguardo da análise do pedido.*

*2. A nova orientação promove tratamento mais justo e mais digno ao apenado, que não mais será punido com a mora e a ineficiência do Estado, passando a ser adotada por ambas as Turmas Criminais deste STJ.*

*3. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 362.554/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 20/04/2017, DJe 28/04/2017.)*

Ressalto que, segundo esse entendimento, a fixação da data-base para a concessão de nova progressão de regime é o dia em que o último requisito (objetivo ou subjetivo) do art. 112 da Lei n.º 7.210/1984 estiver preenchido, tendo em vista que o dispositivo legal exige a concomitância de ambos para o deferimento do benefício. Assim, o pedido do Apenado para que o marco inicial seja o dia da observância somente do requisito temporal não merece prosperar.

Nesse sentido:

**"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. DECISÃO DE NATUREZA DECLARATÓRIA. ENTENDIMENTO DO EG. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. NOVA ORIENTAÇÃO DA QUINTA TURMA DESTA CORTE. DATA-BASE PARA FUTURAS PROGRESSÕES. DATA NA QUAL IMPLEMENTADOS OS REQUISITOS OBJETIVO E SUBJETIVO DO ART. 112 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. ANÁLISE CASUÍSTICA PARA DEFINIR O MOMENTO EM QUE PREENCHIDO DO ÚLTIMO REQUISITO PENDENTE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.**

[....]

**III - A Segunda Turma do Excelso Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC n. 115.254/SP, de relatoria do e. Min. Gilmar Mendes, firmou entendimento de que a decisão que concede a progressão de regime tem natureza declaratória, e não constitutiva, razão pela qual o marco inicial para futuras progressões será a data em que o apenado preencher os requisitos legais, e não a do início da reprimenda no regime anterior.**

**IV - Alinhando-se a novel orientação da eg. Suprema Corte, a Quinta Turma deste Tribunal Superior, em 9/8/2016, quando do julgamento do AgRg no REsp n. 1.582.285/MS, de relatoria do em. Min. Ribeiro Dantas, evoluiu em seu entendimento 'no sentido de que a data inicial para progressão de regime deve ser aquela em que o apenado**

**preencheu os requisitos do art. 112 da Lei de Execução Penal, e não a data da efetiva inserção do reeducando no regime atual'** (AgRg no REsp n. 1.582.285/MS, Quinta Turma, Rel. Min. Ribeiro Dantas, DJe de 24/8/2016).

*V - Portanto, a data-base para verificação da implementação dos requisitos objetivo e subjetivo, previstos no art. 112 da Lei n. 7.210/84, deverá ser definida de forma casuística, fixando-se como termo inicial o momento em que preenchido o último requisito pendente, seja ele o objetivo ou o subjetivo.*

*Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para que o MM. Juiz das Execuções adote como data-base para futuras progressões de regime o dia em que implementado o último entre os requisitos objetivo e subjetivo."* (HC 376.971/DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 27/04/2017; sem grifos no original.)

Ante o exposto, **CONCEDO PARCIALMENTE** a ordem de *habeas corpus* para, confirmando a liminar, determinar que o Juízo das Execuções Penais adote como data-base para futuras progressões de regime do Paciente o dia em que foi implementado o último entre os requisitos objetivo e subjetivo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

**MINISTRA LAURITA VAZ**  
Relatora